ESTRATÉGIA BRASIL 2050

união, desenvolvimento e sustentabilidade

ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

AGRICULTURA FAMILIAR

ipea 60

ESTRATÉGIA BRASIL 2050

união, desenvolvimento e sustentabilidade

ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

AGRICULTURA FAMILIAR

ipea

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

EQUIPE TÉCNICA

Rogério Edivaldo Freitas
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: rogerio.freitas@ipea.gov.br.

Comissão de Redação
Ana Cleusa Serra Mesquita
Bernardo Abreu de Medeiros
Bruno de Oliveira Cruz
Glauco Avelino Sampaio Oliveira
Helder Rogério Sant'Ana Ferreira
Joana Luiza Oliveira Alencar
Jose Aparecido Carlos Ribeiro
Luis Cláudio Kubota
Luiz Carlos Garcia Magalhães
Mauro Oddo Nogueira
Pedro Silva Barros
Salvador Teixeira Werneck Vianna
Vanessa Gapriotti Nadalin

Apoio
Raquel Viana Rocha
Tallita Soares de Andrade
Vitória Aparecida Braga da Silva

Como citar:

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análises situacionais e retrospectivas**: agricultura familiar. Brasília: Ipea, 2025. 9 p. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-agricultura-familiar

Versão atualizada em 16 de abril de 2025.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Este texto técnico foi produzido de forma tempestiva em maio de 2024, em conformidade a demanda da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério de Planejamento e Orçamento. Trata-se de versão atualizada daquela que consta no documento *Análise situacional e retrospectiva*, entregue pelo Ipea em 21/6/2024 como insumo para o processo de elaboração da proposta da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-agricultura-familiar

APRESENTAÇÃO

Este relatório institucional faz parte da série *Análises situacionais e retrospectivas,* publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no início de 2025. São textos curtos e de produção expressa que foram elaborados no primeiro semestre de 2024 como insumo para a formulação da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

Na elaboração dessa estratégia, a Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (Seplan/MPO) buscou, em março de 2024, o apoio do Ipea, pelo conhecimento do seu corpo técnico. Apresentou uma lista de temas diversos, contendo mais de cinquenta tópicos de políticas públicas, programas, públicos-alvo, fenômenos sociais e setores econômicos. De forma a atender à demanda, o Ipea constituiu uma comissão de redação, responsável pela coordenação dos trabalhos, que envolveu a participação de mais de vinte colaboradores na produção de textos-base para cada um dos temas tratados.

Os textos trazem definições do tema, diagnóstico atual e retrospectivo, análise de indicadores, e considerações sobre desafios e oportunidades. Do trabalho entregue pelo Ipea, a Seplan fez uma síntese, selecionando aspectos abordados (Brasil, 2024), e o Ipea produziu essa série de relatórios. Os textos publicados tratam de políticas e temas essenciais para o desenvolvimento econômico e social, incluindo assistência social, saúde, previdência, segurança pública, empreendedorismo, agronegócio, agricultura familiar, indústria, serviços, mineração, inclusão digital, governo digital, transparência e combate à corrupção, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Esperamos que os conteúdos apresentados ajudem na sua reflexão sobre cada um desses temas.

Boa leitura!

Luciana Mendes Santos Servo
Presidenta do Ipea

Helder Rogério Sant'Ana Ferreira
Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Análise retrospectiva e situacional**. Brasília: MPO, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/estrategia-2050-conteudo/eb2050-analise-retrospectiva-e-situacional.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

SINOPSE

O trabalho discute a importância da agricultura familiar para a produção agropecuária brasileira e seus principais aspectos. Enfatizam-se a participação da produção familiar no conjunto da produção de alimentos, o tipo de financiamento desse conjunto de produtores, a distribuição geográfica da agricultura familiar pelo país, a importância do sistema cooperativista para o segmento, a conexão da agricultura familiar com políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e as limitações de acesso desses produtores aos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater). Ademais, elenca desafios ou oportunidades para o segmento: monitoramento das suas políticas de crédito; estímulo ao sistema cooperativista; melhor acesso aos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, conforme as especificidades do segmento; e viabilização de melhores condições de acesso à Ater para esses produtores.

Palavras-chave: agricultura familiar; Brasil; cenários.

AGRICULTURA FAMILIAR

O agricultor familiar pode ser definido como aquele que tem no trabalho familiar a principal mão de obra de exploração do estabelecimento, dirige seu estabelecimento ou empreendimento com a família, tendo limite de área pré-definido (por exemplo, quatro módulos fiscais), e com percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Brasil, 2006).

A informação-base que serve de pano de fundo acerca da situação da agricultura familiar no Brasil desde a década de 2000 é dada pela tabela 1, a seguir.

TABELA 1
Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar – Brasil, Grandes Regiões e semiárido (2006 e 2017)

Brasil, Grandes Regiões e semiárido	Número de estabelecimentos			
	Censo Agropecuário 2006		Censo Agropecuário 2017	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Sul	849.693	156.510	665.767	187.547
Sudeste	699.755	222.342	688.945	280.470
Centro-Oeste	217.022	100.476	223.275	123.988
Nordeste	2.187.131	266.929	1.838.846	483.873
Semiárido	1.527.861	185.684	1.446.842	388.693
Norte	412.666	63.112	480.575	100.038
Brasil	**4.366.267**	**809.369**	**3.897.408**	**1.175.916**

Fonte: Castro (2024), com base em IBGE (2009; 2019).

Com base nesse conjunto de informações, é possível destacar alguns elementos centrais que se evidenciaram desde 2000 até os dias atuais. Esses elementos dizem respeito à participação da produção familiar no conjunto da produção de alimentos, ao tipo de financiamento desse conjunto de agricultores, à distribuição geográfica da agricultura familiar entre as Grandes Regiões brasileiras, à importância do sistema cooperativista para esse conjunto de produtores, à conexão da agricultura familiar com políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e às limitações de acesso desses produtores aos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater).

A contribuição do segmento familiar para o valor da produção agropecuária brasileira é de um quarto do total, com destaque principalmente no extrativismo, na horticultura, nas lavouras permanentes e na pecuária como um todo.

TABELA 2
Valor da produção da agricultura familiar no valor da produção agropecuária total – Brasil (2017)
(Em %)

Total	23
Animais – total	31,3
Animais – grande porte	33,7
Animais – médio porte	33,6
Animais – aves	22,9
Pequenos animais	19,7
Vegetal – total	18,7
Lavouras permanentes	34,7
Lavouras temporárias	14,4
Horticultura	62,2
Floricultura	19,5
Silvicultura	12,9
Extrativismo	75,1

Fonte: Adaptado de Castro (2024), com base em IBGE (2019).

No que diz respeito ao financiamento à produção dos agropecuaristas familiares, deve-se destacar a importância do Pronaf. O programa, em que pesem inúmeras dificuldades e limitações operacionais ainda presentes, consolidou-se como programa de financiamento a este público (Freitas, 2023). Ademais, há clara diferenciação na disponibilidade de crédito subsidiado para a agricultura familiar e sua demanda efetiva, conforme as diferentes regiões e os recortes da agricultura familiar. Além disso, sabe-se que o impacto da estrutura e das características do financiamento bancário regional sobre a distribuição regional dos recursos do Pronaf não é desprezível (Bastos e Vieira Filho, 2013).

Do ponto de vista de distribuição geográfica do segmento, há concentração relativa de produtores familiares no Nordeste e Sul do país (Castro, 2024). No Sul do país, a estrutura de produção familiar está mais bem consolidada e a penetração do sistema cooperativista é maior, o que permite aos produtores locais melhores condições na negociação para aquisição de insumos, instrução na tomada de financiamentos, acesso a serviços de assistência técnica e poder de barganha na venda da produção.

De fato, o sistema cooperativista é menos utilizado ou menos estabelecido no contexto das regiões Norte e Nordeste (Neves, Castro e Freitas, 2019). Além disso, há indícios de êxodo rural no Nordeste semiárido brasileiro (Freitas, 2019), e o êxodo campo-cidade tem feito o índice de urbanização do semiárido aproximar-se da média nacional (Alves e Souza, 2015). De certa forma, esse processo coaduna-se com uma agricultura não irrigada que, no semiárido, só se viabiliza com o mínimo uso de recursos comprados e de baixa produtividade. Esse leque de características não dá sustentabilidade às famílias produtoras ao longo do tempo, reforçando-se o ciclo migratório.

Outro aspecto a pontuar é que a agricultura familiar tem importante conexão com políticas públicas como o Pronaf, o PAA e o PNAE (Freitas, 2023). São programas espe-

cíficos que têm na agricultura familiar o público-foco ou que se utilizam da produção da agricultura familiar de forma adjuvante ou complementar a compras públicas no contexto de objetivos de segurança alimentar e/ou nutricional.

Por fim, mas não menos relevante, há, em regra, insuficiência de acesso aos serviços de Ater para os produtores agropecuários familiares (Castro, 2024; Freitas, 2023). Essa situação é ainda menos alvissareira para os estabelecimentos familiares do Nordeste. Conforme Freitas e Castro (2024), dos aproximadamente 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros, cerca de 3,9 milhões (76,8%) são classificados como de agricultura familiar. Em 2017, dos 2,32 milhões de estabelecimentos familiares no Nordeste, apenas 7,3% receberam orientação técnica.

Em paralelo a esses processos, existem ou persistem desafios à produção e continuidade da produção agropecuária familiar. Sobre esse ponto, podem ser destacados os seguintes elementos de preocupação (desafios) ou oportunidades para o médio prazo (até dez anos): o monitoramento das políticas de crédito para o segmento (melhor informação e regras de acesso e operação); o estímulo ao sistema cooperativista; a facilitação aos agropecuaristas familiares do acesso aos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, conforme as especificidades do segmento; e a viabilização de melhores condições de acesso à Ater pelos respectivos produtores.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e. O semiárido segundo o Censo Agropecuário 2006 e os censos de população 1991, 2000 e 2010. **Revista de Política Agrícola**, ano 24, n. 1, p. 74-85, 2015.

BASTOS, P. R. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise das implicações do financiamento bancário regional sobre o Pronaf. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 8, p. 35-44, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**, Brasília, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso: 27 maio 2024.

CASTRO, C. N. **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe**: institucionalidade, características e desafios. Brasília: Ipea, 2024.

FREITAS, R. E. O Pronaf no Semiárido: diagnósticos do programa e observações para o futuro. *In*: MATA, D. da; FREITAS, R. E.; RESENDE, G. M. (Ed.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise do semiárido. 1. ed. Brasília: Ipea, 2019. p. 251-266.

FREITAS, R. E. Observações acerca da agricultura familiar. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 30, p. 125-134, jul.-dez. 2023.

FREITAS, R. E.; CASTRO, C. N. de. Gastos em assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil a partir de dados da OCDE. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 31, p. 127-135, 2024.

IBGE – INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NEVES, M. de C. R.; CASTRO, L. S. de; FREITAS, C. O. de. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559-576, 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Ana Clara Escórcio Xavier
Everson da Silva Moura

Revisão
Alice Souza Lopes
Amanda Ramos Marques Honorio
Barbara de Castro
Cláudio Passos de Oliveira
Clícia Silveira Rodrigues
Denise Pimenta de Oliveira
Nayane Santos Rodrigues
Olavo Mesquita de Carvalho
Reginaldo da Silva Domingos
Susana Sousa Brito
Yally Schayany Tavares Teixeira
Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)
Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração
Anderson Silva Reis
Augusto Lopes dos Santos Borges
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniel Alves Tavares
Danielle de Oliveira Ayres
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília
Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C
Centro Empresarial Brasília 50, Torre B
CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.

ESTRATÉGIA BRASIL 2050
união, desenvolvimento e sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO